



## REVISTA DE SAÚDE COLETIVA DA UEFS

### EDITORIAL

#### A OUSADIA DE ENSINAR E PESQUISAR “O” E “NO” ESTADO DE EXCEÇÃO

#### *THE COURAGE OF TEACHING AND RESEARCH “THE” AND “IN” THE STATE OF EXCEPTION*

Thereza Christina Bahia Coelho

Professora Titular Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil

A educação e a pesquisa nunca sofreram tantos golpes em tão pouco tempo. A conjuntura já dava sinais do que viria, desde o impeachment da presidenta Dilma Roussef e a aprovação da Emenda Constitucional 95 que limita por 20 anos os gastos públicos, ambos eventos do fatídico ano de 2016, quando foi implantado um processo de desestruturação (ou reestruturação) do Estado com vistas à canalização do financiamento das políticas sociais para áreas econômicas de interesse do setor privado, em especial, do subsetor financeiro.

Desse modo, no primeiro trimestre de 2019, já se observam diversas iniciativas de redução do orçamento para a educação e a pesquisa com impacto, sobretudo, nos programas de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além da extinção ou congelamento de programas como o de Demandas Espontâneas e Induzidas (PDES) que auxilia economicamente pesquisadores ou estudantes vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES) e Institutos de Pesquisa públicos e privados na: 1) Inserção Internacional de Pesquisadores para participação do Brasil; 2) Reinserção de Pesquisadores de destacada produção científica após períodos de afastamento da vida acadêmica e científica associado a cargos de gestão cuja atuação represente uma contribuição relevante no âmbito da Ciência, Cultura, Educação, Sociedade, Saúde e outras áreas relevantes para o país; 3) Projetos de Pesquisa Estratégicos; 4) Ajuda Emergencial; Demanda Induzida para induzir áreas incipientes de pesquisa e pós-graduação bem como diminuição de desequilíbrios regionais<sup>1</sup>.

Além das intervenções da ordem do financiamento, a nomeação em menos de três meses de dois ministros sem qualquer legitimidade e sem projetos definidos para a pasta da Educação tem deixado a comunidade científica em estado de alerta diante dos inúmeros rumores e pronunciamentos que colocam em risco conquistas já tidas como sedimentadas e irreversíveis. No Ministério da Saúde, os primeiros 100 dias do novo governo não trouxeram qualquer atividade digna de nota, apontando para uma certa paralisação de setores não relacionados com os grupos econômicos que formam a base de apoio da nova gestão nacional, em particular, o agronegócio e o setor financeiro composto por bancos e seguradoras.

Por outro lado, a publicação do Decreto nº. 9.759, de 11 de abril de 2019, que “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, compromete a autonomia das instâncias de controle social foi duramente criticado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em recomendação pública datada de 12 de abril de 2018<sup>2</sup>.

O sólido acúmulo de conhecimento no campo da educação e da saúde, no Brasil, entretanto, tem resistido demonstrando uma solidez institucional que vai além do controle governamental. O cenário de instabilidade política por ora estabelecida tem provocado intensificação do debate e uma busca ativa por novas formas de vencer as dificuldades cotidianamente colocadas pela atividade burocrática federal, que, em muitos casos, encontra seguimento no âmbito estadual e municipal. Estas iniciativas vão desde a abertura progressiva da universidade para a comunidade, até o movimento inverso de levar o ensino e a pesquisa para os espaços extramuros, dando continuidade a políticas de sucesso iniciadas em gestões passadas, como a do Programa de Ensino pelo Trabalho (PET), dentre outras.

A importância de manter o pensamento questionador e investigativo livre e vibrante encontra, portanto, inúmeras formas de persistir. Em seu projeto “Desenvolvimento de Modelos Inovadores de Educação Superior: Foco na Formação Geral Universitária em Saúde”, como professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), Naomar Almeida Filho falou da necessidade de retomar o conceito de educação geral<sup>3</sup>, sendo que

as instituições deveriam se comprometer principalmente com a transmissão de cinco competências (pentavium): 1) Competência linguística — domínio do vernáculo e de pelo menos uma língua estrangeira, definida pela área de atuação profissional; 2) Capacitação



em pesquisa — habilidades de raciocínio analítico e de interpretação para produzir conhecimentos; 3) Competência pedagógica — habilidades didáticas necessárias para compartilhar conhecimentos; 4) Sensibilidade às desigualdades sociais — empatia e capacidade de escuta sensível, com ética e respeito à diversidade humana; 5) Competência tecnológica crítica — domínio dos meios de prática e suas implicações

A proposta de Almeida Filho vai de encontro à ideia desenvolvida por Barnett, acerca da hipótese do “fim do conhecimento” no ensino superior. Pelo contrário, no contexto de hipercomplexidade do mundo atual a universidade teria novas funções ao oferecer marcos de entendimento, organização e dotação de sentido ao caos formado pela profusão desordenada da informação. Para este autor, “o conhecimento, como leitura pura e objetiva do mundo, precisa ser abandonado”, enquanto a universidade adequada a esse novo mundo deve ser “aberta, ousada, envolvente, acessível e consciente de sua própria insegurança. É uma epistemologia para viver em meio à incerteza”<sup>4:409</sup>.

Nesse sentido, propõe-se a aquisição de habilidades e competências relacionadas não apenas à captação e ordenamento da informação científica e à produção de conhecimento, mas, essencialmente, à análise crítica dessa produção e das condições de produção desse mesmo conhecimento, como uma dobra na consciência.

O papel dos periódicos, desse modo, deve acompanhar as novas exigências, saindo de uma postura passiva em direção à aquisição de um leque de competências que precisam atingir todas as etapas do processo de publicação, da editoração à avaliação inter pares.

Do ponto de vista da pesquisa, faz-se crucial valorizar e não deixar morrer as políticas de transparência e suporte à gestão, implementadas por ações governamentais passadas que criaram e aperfeiçoaram nossos sistemas de informação que fornecem apoio para o conhecimento da realidade da saúde e consequente tomada de decisão. A Revista de Saúde Coletiva, em seu Volume 9, busca privilegiar as pesquisas que aproveitam essa imensidão de dados secundários gerados pelas bases nacionais, de forma criativa e consciente das suas limitações.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Portaria n. 59, de 20 de março de 2019. Revoga a Portaria nº 251, de 09 de novembro de 2018, que dispõe sobre a reformulação do Programa Demandas Espontâneas e Induzidas no âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES. Diário Oficial [DO]: Edição 56, Seção 1, publicado em 22 de março de 2019. p. 26.
2. Brasil. Conselho Federal de Saúde. Recomendação nº 12, de 12 de abril de 2018. Disponível em: <[http://www.susconnecta.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Reco012-Ao-MPF\\_CGU\\_TCU-Decreto-que-revogou-Conselhos-e-Controle-Social.pdf](http://www.susconnecta.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Reco012-Ao-MPF_CGU_TCU-Decreto-que-revogou-Conselhos-e-Controle-Social.pdf)>. [2019 abril 15]
3. Matioli V. Naomar de Almeida Filho é o novo professor visitante do IEA-USP. Instudoto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA. .Publicado em 08/04/2019 18:10. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/naomar-de-almeida-filho-e-o-novo-professor-visitante-do-iea-usp>>. [2019 abril 15]